

**ENSINO PRIMÁRIO NO MEIO RURAL PARANAENSE:
EM FOCO AS ESCOLAS DE TRABALHADORES RURAIS E DE PESCADORES ENTRE AS
DÉCADAS DE 30 E 50 DO SÉCULO XX**

*Primary education in rural areas of the State of Parana:
focus on schools of rural workers and of fishermen between the 1930s and the 1950s*

Analete Regina Schelbauer*
Wenceslau Gonçalves Neto**

RESUMO

O presente artigo focaliza a modalidade de Escola Rural instituída pelas Escolas de Trabalhos Rurais e Escolas de Pescadores – em torno das quais há uma vasta documentação produzida, mas uma escassa produção –, a fim de compreender as particularidades que marcaram o ensino primário rural agrícola no Paraná e suas características de aproximação com as tematizações no cenário nacional entre as décadas de 30 a 50 do século XX. As fontes documentais que deram suporte à investigação constituem-se de mensagens e relatórios de governadores estaduais e interventores federais no estado em questão, leis, decretos e regulamentos sobre as escolas rurais analisadas com base na produção historiográfica sobre o tema. Diante das iniciativas, particularidades e intencionalidades que marcaram o movimento de institucionalização e expansão das ETR e das EP, consideramos que o presente estudo possa suscitar questões relevantes para pensar a temática do ensino rural em termos de uma história comparada da educação e possibilitar a interlocução e o debate com a historiografia educacional sobre a história da escola primária situada no meio rural.

Palavras-chave: Educação rural. Ensino rural. Escola primária rural. Escolas de trabalhadores rurais. Escolas de pescadores.

ABSTRACT

This article focuses the Rural School model established by Schools of Rural Workers (ETR) and Schools of Fishermen (EP) – around which there is extensive documentation produced, though a sparse one –, in order to understand the peculiarities that marked the agricultural rural primary teaching in the state of Parana, Brazil, as well as the characteristics that approximate their themes with those of the national scenario between the 1930s and the 1950s. The documentary sources that supported the research constitute the messages and reports of state governors and federal stakeholders in the referred state, laws, decrees and regulations on the rural schools analyzed based on the historiography on the subject. Given the initiatives, particularities and intentions that marked the movement of institutionalization and expansion of the ETR and the EP, we believe that this study may raise relevant issues to consider the theme of rural teaching in terms of a comparative history of education, and enable dialog and debate with educational historiography on the history of primary school situated in rural areas.

Key words: Rural education. Rural teaching. Rural primary school. School of rural workers. School of fishermen.

* Doutora em Educação: História e Historiografia da Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: arschelbauer@uem.br

** Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba e da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG. E-mail: wenceslau@ufu.br

A difusão de uma educação escolar primária nas zonas rurais, de caráter prático, com uma orientação agrícola para manter o homem no campo e que correspondesse às aspirações da construção da nacionalidade brasileira e sua efetiva organização econômica e social ganhou expressão a partir das primeiras décadas do século XX, manifesta em vários fóruns, na legislação¹ e produção de diversos autores², dentre eles: Alberto Torres, Carneiro Leão e Sud Mennucci.

Entendo que é indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quanto à sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julgue em plano inferior na escala social (MENNУCCI, 1934, Apêndice da 2. ed., grifos nossos).

A citação extraída do livro *A Crise Brasileira da Educação*, de autoria de Sud Mennucci (1934)³, revela uma das faces do debate que se instaurou na sociedade brasileira em torno da escola do meio rural. Dentre as questões que entram em cena nas conferências da Associação Brasileira de Educação (ABE), nas publicações da época e na legislação, está o debate em torno da escola única versus escola diferenciada para o meio urbano e para o meio rural. Sud Mennucci ocupa um papel de destaque neste debate ao defender a estruturação de uma escola diferenciada para o homem do campo, o homem da cidade e o homem do mar.

Nas discussões do 8º. Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela ABE, em 1942, o grande foco girou em torno da “educação do meio rural”, conforme destacou Werle (2007, p. 157):

Era amplo o significado dado a esta educação; a orientação ruralista e o destaque à preservação da natureza deveriam compor as propostas de formação em âmbito nacional. A proposta é que em cidades do interior a educação deveria encaminhar para o conhecimento da vida rural do município, a exigência de bons produtos e noções sobre seu beneficiamento, cultivo em quintas e roças, o aprendizado de indústrias domésticas e o desenvolvimento do artesanato.

¹ No âmbito dos discursos oficiais, cabe ressaltar que a Constituição (outorgada) de 1937, ao retirar a vinculação constitucional de recursos para a educação (CURY, 2007), continuaria mantendo a ação supletiva da União junto aos estados na construção e manutenção de escolas primárias e profissionais “destinadas ao preparo de trabalhadores para as atividades agrícolas” nas zonas rurais de todo país, em conformidade com a Lei n. 378, em 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937).

² De acordo com Monarcha (2007), a primeira manifestação da “Cruzada pela escola rural” remonta a Alberto Torres, autor de *A organização nacional e O problema nacional brasileiro*, publicado em 1914. Werle e Metzler (2010) destacam a atuação de Alberto Torres em meio à produção de uma intelectualidade que atuou na interpretação e disseminação da ideia de vocação agrária brasileira. “Entre os que integraram esta lista de intelectuais estavam Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Silvio Romero, Belizário Pena, Barbosa Lima Sobrinho e Sud Mennucci, dentre outros.” (WERLE; METZLER, 2010, p. 23).

³ A primeira edição da obra data de 1932.

O teor das discussões, observado por Werle (2007, p. 158), aponta para uma escola diferenciada para o meio rural, no entanto destaca que esta questão não foi consensual durante o Congresso. A tese apresentada por Rômulo de Almeida em torno do ruralismo e professorado propunha “[...] que não houvesse diferenciação nítida entre escola urbana e rural”, expressando claramente as discussões entre escola única versus escola diferenciada.

Sem entrar no teor deste debate, por não configurar o foco deste trabalho, definimo-nos por identificar a forma tomada pela escola do meio rural paranaense, seu processo de institucionalização e expansão entre as décadas de 30 e 50 do século XX, a fim de verificar de que forma as experiências desenvolvidas no estado expressaram o debate que era colocado em cena em âmbito nacional.

Antes, porém, é necessário esclarecermos sobre qual escola rural estamos falando. Sobre qual modelo ou modelos coexistiram com as escolas urbanas responsáveis por escolarizar a população citadina do Paraná. As fontes documentais pesquisadas: mensagens e relatórios de governadores e interventores federais, leis, decretos e regulamentos sobre a educação rural, permitiram constatar alguns/mas modelos/modalidades de escolas primárias no meio rural paranaense, dentre elas: o Grupo Escolar Rural; a Escola Primária Rural, modalidade de escola isolada também denominada Casa Escolar Rural, ambas subordinadas à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública e, posteriormente, à Secretaria de Estado da Educação e Cultura. E as Escolas de Trabalhadores Rurais (ETR) e as Escolas de Pescadores (EP), no âmbito do ensino agrícola, subordinadas ao Departamento de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura – Seção de Ensino Profissional e, posteriormente, ao Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado.

Na delimitação deste artigo, focalizaremos a modalidade de Escola Rural instituída pelas Escolas de Trabalhos Rurais e Escolas de Pescadores, em torno das quais há uma vasta documentação produzida, mas uma escassa produção⁴, a fim de compreender as particularidades que marcaram o ensino primário rural agrícola no Estado e suas características de aproximação com as tematizações em foco no cenário nacional.

No âmbito metodológico, nosso trabalho prima pelo olhar sob a ótica da história das instituições escolares, orientando-se pela compreensão de que a institucionalização da educação ocorre em atendimento a uma necessidade humana de caráter permanente, uma vez que as necessidades transitórias não requerem a criação de instituições, conforme nos esclarece Saviani (2007). É neste sentido que assumimos com Saviani a definição do termo “instituição” como aquela que “[...] guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem” (p. 4).

Compreender essas modalidades de escolas públicas criadas na zona rural requer um olhar atento para as condições efetivas em que se deu sua constituição histórica. Neste sentido, convém atentarmos para as observações de Magalhães (2004) sobre as instituições

⁴ Sobre a experiência das Escolas de Trabalhadores Rurais e Escolas de Pescadores, encontramos, dentre a produção historiográfica, referências às instituições nos trabalhos de Miguel (1992, 2007), Pryjma (1999), e abordagens mais pontuais na comunicação de Schelbauer (2012) e na tese de Martiniak (2011).

educativas e sua identidade histórica, que lhe é conferida por ser transmissora de uma cultura escolar e, ao mesmo tempo, como produtora de culturas. Para o pesquisador, a história das instituições educativas se desenvolve “[...] desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais” (p. 124).

As observações de Magalhães acompanham nosso olhar investigativo sobre o processo de institucionalização e de expansão das escolas rurais no Estado do Paraná, na busca de permanências e descontinuidades que marcaram as modalidades de escolas que ofertaram o ensino rural. Um elemento importante para balizar nosso encaminhamento metodológico com o trabalho acerca das escolas primárias rurais diz respeito ao conhecimento da relação entre as instituições educativas e os contextos geográfico e sociocultural que as envolvem, sob a modalidade de território, de comunidade ou de público-alvo, o qual pode ser reconceituado no plano histórico ao encarar “[...] a escola na sua contribuição para a emergência das estruturas e dos grupos sociais” (PETITAT, 1992, p. 143, apud MAGALHÃES, 2004, p. 125).

O estudo do espaço rural leva em consideração as observações de Graça Filho (2009) quanto ao entendimento de que o urbano depende da produção agrícola e de seu transporte, é o excedente agrícola que possibilita o nascimento do urbano. No caso específico do Paraná, isso pôde ser observado ao longo do período estudado com os movimentos das migrações internas, sobretudo para a região norte do estado, vinculada ao plantio do café, fato que estabeleceu uma forte correlação entre o mundo rural e o urbano.

O período delimitado justifica-se por se tratar de um momento histórico de amplo desenvolvimento no país e no qual o debate educacional foi intensificado em torno das questões relacionadas à organização da escola pública primária e do sistema nacional de educação⁵, com o objetivo de democratizar as condições de acesso ao ensino elementar, que havia sido preconizado pelo ideário republicano, mas ainda não equacionado na realidade brasileira.

Realidade predominantemente rural até meados do século XX. Na década de 1940, o país contava com uma população de 41.236.315 habitantes, cerca de 12.880.182 residiam na zona urbana, enquanto 28.356.133 habitavam as áreas rurais. Situação que começou a ser alterada ao longo das décadas de 1950 e 1960, nas quais as taxas de urbanização apontam para índices em torno de 36,1% e 45,1%⁶. As maiores modificações ocorreriam no decorrer da década de 1970, com o auge do processo de urbanização, industrialização e o êxodo rural, com uma taxa de 56% indicando o crescimento da população urbana. Neste

⁵ O período ainda foi marcado pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; pela criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931; pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932; pelas Reformas Capanema por meio de oito decretos-leis, dentre eles: Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário e Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal, além das reformas que se sucederam nos diversos estados da Federação e pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, marco final de nossa investigação (SAVIANI, 2007).

⁶ Os dados estatísticos foram retirados dos documentos do IBGE (2010) e IPARDES (1989).

período, foi dada ênfase às discussões sobre o ensino agrícola, vinculado à formação do homem do campo e à contenção do êxodo rural, à expansão da escola primária rural e à formação de seus mestres, ocupando lugar de destaque no debate educacional.

O potencial agrícola da maior parte dos estados da federação conduzia o olhar sobre a vocação agrária do país, no qual o centro da questão consistia em criar estímulos ao trabalhador do campo para deixar a economia de subsistência e produzir dentro das novas regras de um mercado mundial. Sob este aspecto, a escola pública passava a ser concebida como a saída emergente, especialmente pela difusão das escolas primárias por causa do alto número de analfabetos residentes no meio rural. Mas também, pelo ensino agrícola técnico-profissional e superior, o qual formaria o trabalhador do campo, apto ao conhecimento das novas técnicas de produção e plantio, fundamentais ao desenvolvimento econômico do país.

É importante salientar, em relação ao Paraná, que, na década de 1940, 75% da população residia na zona rural. Oliveira (2001), ao elencar os dados da distribuição relativa da população por situação de domicílio, evidencia que, em 1940, 24,5% dos paranaenses residiam na zona urbana e 75,5%, na área rural. Este quadro sofreu uma pequena alteração em 1960, com 30,7% residentes nas sedes dos municípios e 69,3% domiciliados nas áreas rurais⁷. Ante essa realidade, democratizar o ensino no Estado e em outras regiões do país que mantinham um grande contingente da população no meio rural significava encaminhar soluções aos problemas da educação rural.

Manter o homem no campo, atender à diversidade das necessidades regionais, formar professores para educar a população na escola primária rural, institucionalizar e criar políticas de expansão da escola primária na zona rural que fosse capaz de preparar homens e mulheres a resolverem seus problemas regionais e integrarem-se ao seu mundo rural. Eis alguns dos desafios que se interpunham à escola que se institucionalizava e se expandia no espaço rural entre as décadas de 30 a 50 do século passado, em um estado ocupado e (re) ocupado⁸ de forma diversa por diferentes grupos étnicos, imigrantes europeus e asiáticos, e por processos de migrações internas, criando contornos de uma estreita relação com o mundo rural.

A forte relação entre o mundo rural e a economia do estado pode ser observada por meio das práticas de governo, das mensagens e relatórios dos presidentes de estado, interventores e governadores. Em agosto de 1918, Affonso Camargo, então presidente do estado, presidiu a conferência realizada por Carneiro Leão, na cidade de Curitiba, que teve como título *Pela Educação Rural*. Publicada pela Revista dos Tribunais daquele ano, a

⁷ As maiores modificações ocorreriam durante as décadas de sessenta e setenta do século XX com o processo de urbanização e o êxodo do trabalhador rural do campo.

⁸ Em relação ao movimento de colonização do Paraná, é importante observar que o mesmo não ocorreu de forma pacífica, mas resultou em graves conflitos de terras motivados pela especulação financeira e pela grilagem, impondo a necessidade de criação da Chefatura de Polícia, a partir do desmembramento Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública em 1948, “[...] embora os relatórios de governo apontassem para a ‘tranquilidade social’” (ARQUIVO PÚBLICO, 2002, p. 19). Esta questão pode ser observada quanto ao processo de (re) ocupação das terras do então chamado Norte Novo e Novíssimo paranaense. No momento em que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) articulou a sua colonização, o território não era inóspito e nem desabitado, havia a presença de caboclos e índios. Os documentos da Companhia confirmam a presença destas populações e oferece indícios quanto ao seu processo de expulsão, mesmo que pela via da indenização (HOFF, 1991).

conferência toma o estado como ponto de referência para a cruzada ruralista e afirma que, diante da terra privilegiada, das forças agrícolas e das potencialidades produtivas, dever-se-ia investir na criação de um programa de educação rural, voltado à atividade prática, por meio da difusão do ensino primário no meio rural: “A resolução do problema há de ser feito na disseminação absoluta da instrução primária, com um caráter realmente prático e uma orientação efetivamente agrícola nos nossos centros rurais” (LEÃO, 1918, p. 21).

As observações de Leão teriam eco nas práticas governamentais das décadas seguintes. Em meados dos anos vinte, Caetano Munhoz da Rocha assegurava que, se a agricultura ainda não havia colocado o estado à altura em que deveria se achar no cenário nacional, devia-se a dois problemas fundamentais: a falta de braços para a lavoura e de vias de comunicação com os centros de consumo - estradas férreas e rodoviárias (PARANÁ, 1928). Questões das quais seus principais sucessores se ocuparão de forma contundente, sobretudo nos governos de Manoel Ribas, como Interventor (1932-1935 e 1937-1945) e governador (1935-1937), Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955), como governadores. Gestões caracterizadas por práticas administrativas voltadas ao povoamento do território⁹, por meio dos trabalhos de colonização das regiões norte, oeste e sudoeste do estado e da construção de uma malha rodoviária¹⁰ para integrar as diferentes regiões e possibilitar a consolidação do Paraná como o maior produtor e exportador de café, evidenciando o seu papel de destaque na economia nacional (ARQUIVO PÚBLICO, 2000, 2002).

Neste contexto, a escola primária rural foi pensada como uma política estadual, por dois fatores: o primeiro relacionava-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudessem garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo. Manter o homem do campo no campo, mas em condições de tornar o campo moderno, de modo a implementar a economia associada ao rural.

⁹ Foi somente a partir dos anos de 1960 que o estado pode ser considerado territorialmente ocupado. Segundo o modelo explicativo de Wachowicz (2010) e Balhama, Pinheiro Machado e Westphalen (1969), a ocupação do território pode ser dividida em três áreas histórico-culturais: o Paraná Tradicional, ocupado inicialmente por portugueses, negros e índios e, a partir do século XIX, por imigrantes de diferentes grupos étnicos; a região norte foi colonizada, inicialmente, por mineiros e paulistas e, posteriormente, por imigrantes japoneses e italianos, tendo a partir dos anos de 1930 seu processo de colonização dirigido por companhias privadas; e a terceira área formada pela região sudoeste e oeste do estado, iniciada no final dos anos 1920 e intensificada no decorrer da década de 1950, colonizada por correntes migratórias oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O povoamento intensivo dessas duas regiões resultou da colonização com elementos nacionais, por intermédio da iniciativa dos governos federal e estadual, mas, sobretudo, de atividades colonizadoras realizadas por empresas particulares.

¹⁰ A questão dos transportes foi uma constante nos documentos do período, considerada pelos governantes como “ponto fundamental e nevrálgico da vida administrativa do estado” (PARANÁ, 1948, p. 7). O plano rodoviário estratégico, iniciado na gestão de Manoel Ribas, foi intensificado nos governos de Lupion e Rocha Netto com a construção de autoestradas para ligar a capital, Curitiba, ao Porto de Paranaguá e às cidades do interior, seus centros produtores, permitindo o escoamento e a circulação da produção. Em 1958, as rodovias que estavam concluídas ou em fase de conclusão foram denominadas de acordo com a riqueza em circulação: “Rodovia do Café, Rodovia dos Cereais, Rodovia do Mate, Rodovia do Trigo, Rodovia da Madeira e dos Minérios” (ARQUIVO PÚBLICO, 2002, p. 20).

O ensino agrícola nas escolas primárias rurais no Paraná: as Escolas de Trabalhadores Rurais e as Escolas de Pescadores

No Estado do Paraná, a difusão das escolas primárias rurais, por meio de um ensino agrícola, foi pauta de uma das Teses defendidas por ocasião da 1^a. *Conferência Nacional de Educação*, promovida pela ABE e realizada em Curitiba no ano de 1927. Sob o título *Ensino Agrícola nas Escolas Primárias Rurais*, a Tese de N° 58, escrita por João Candido Ferreira Filho, professor da Escola Agrônômica do Paraná, mencionava a indiferença da quase totalidade dos governantes da nação em relação aos problemas agrícolas.

É, pois, de causar assombro a indiferença da quase totalidade dos nossos governantes no tocante a certos problemas agrários de importância capital e que só agora começam a preocupar alguns estados da Federação. Dentre eles desejamos destacar o que diz respeito ao ensino agrícola nas escolas primárias rurais (FERREIRA FILHO, 1997, p. 339).

Ao salientar a importância capital das escolas primárias para o meio rural, sobretudo em estados como o Paraná, em que a maior parte das crianças em idade escolar provinha do meio rural, apresentou um programa que vinculava os interesses infantis às atividades agrícolas. Era baseado em três pontos:

- 1) Toda escola primária rural deve manter um curso de elementos de agronomia, com o fim de instruir os filhos dos lavradores nos trabalhos agrícolas mais simples e mais necessários.
- 2) As lições sobre as matérias do ensino devem revestir-se de um caráter essencialmente prático e intuitivo, de modo a provocar nos discípulos o gosto pelas coisas agrícolas.
- 3) Os trabalhos práticos poderão ser feitos duas a três vezes por semana, sendo os alunos guiados pelo professor, o qual deverá procurar, por todos os meios, inculcar no espírito das crianças o amor ao trabalho (FERREIRA FILHO, 1997, p. 341).

Na Tese de N°. 34, defendida por Deodato de Moraes, sob o título *Rumo ao Campo...*, a ideia de que o desenvolvimento da nação estava vinculado à agricultura e à educação rural seria o meio para criar a identidade com o trabalho da roça. É reforçada nos seguintes termos:

Cabe à escola propagar as noções que correspondem às necessidades sociais e econômicas da população rural. [...] Que cada zona tenha a sua escola, escola que satisfaça às exigências do meio. Esta que seja agrícola ou criadora, aquela que seja industrial ou mineira, uma outra que seja de pesca e artes marinhas. [...] Toda escola rural deve ter um campo de experiência, onde o professor possa ensaiar as culturas regionais por processos agrícolas modernos (MORAES, 1997, p. 195).

Iniciativas como as de Ferreira Filho e Deodato de Moraes, conforme salientamos, foram propagadas nos debates dos congressos e conferências brasileiras de educação nas décadas seguintes. Democratizar o acesso ao ensino elementar, naquele momento, significava encaminhar soluções aos problemas da educação rural, a este respeito, Damasceno e Beserra (2004, p. 74) observam que, “a despeito de tímidas iniciativas no final do século XIX, é somente a partir da década de 1930 e, mais sistematicamente, das décadas de 1950 e 1960 do século XX que o problema da educação rural é encarado mais seriamente [...]”.

Promover a satisfação do habitante rural com a vida do campo e conter o êxodo rural, bem como possibilitar a assimilação do estrangeiro ao país eram as fortes motivações que impulsionavam o desenvolvimento do processo de escolarização primária no Estado, particularmente nas áreas rurais onde se assentavam as lavouras e as colônias de imigrantes. Com este teor, a questão do ensino rural ganhou campo e expressão nos discursos oficiais, nas tematizações que circularam nas conferências e periódicos educacionais, na imprensa, entre outros fóruns.

O processo de institucionalização das Escolas de Trabalhadores Rurais (ETR) e das Escolas de Pescadores (EP) no Paraná oferece fortes indícios para que possamos compreendê-las em meio às tematizações que consideravam a escola rural como lócus para a formação do trabalhador do campo e o seu ensino como fundamental para constituir, ou utilizando das palavras de Mennucci (1934), criar “o homem do campo” e “o homem do mar”, de modo que os mesmos não se considerassem inferiores, na escala social, em relação “ao homem da cidade”.

As ETR e as EP foram criadas no Paraná às vésperas da implantação do Estado Novo, instituído a partir de 1937. Expressão de uma preocupação de caráter nacional, como foi evidenciada anteriormente, a formação do homem do campo e do homem do mar ganhou relevo específico no governo de Manuel Ribas, no qual a questão agrícola foi destacada como uma preocupação que passou a envolver a ação conjunta dos governos estadual e Federal.

O plano, segundo as análises de Erasmo Pillotto (1954, p. 102) “[...] era a organização de um internato, constituído em uma verdadeira granja-escola, para menores de 9 a 18 anos”. O perfil, retratado nos relatórios e mensagens de seu idealizador e criador Manoel Ribas, caracteriza-as como instituições de ensino profissional destinadas a órfãos e menores desamparados, que expressavam a preocupação de seu governo desde o ano de 1935 em relação à infância desprotegida e seu atendimento “[...] sob uma forma mais racional e proveitosa para a nossa economia, como seja a da formação de trabalhadores rurais” (PARANÁ, 1939a, p. 39).

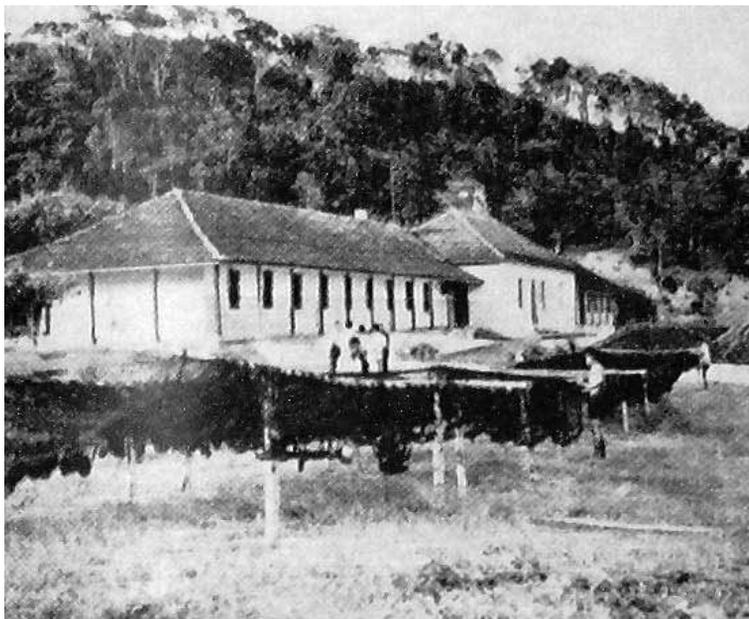
Regulamentadas por meio do Decreto n. 234, de fevereiro de 1935, a primeira ETR “Dr. Carlos Cavalcanti” teve sede na capital do Estado, constituindo seu corpo discente, inicialmente, com os cinquenta e quatro alunos da seção masculina do Abrigo de Menores (Escola de Preservação). Instalada em edifício próprio, situada no arrabalde do Bacacheri, a escola tinha capacidade de abrigar duzentos alunos internos e seiscentos alunos externos, a preferência de matrícula era dada aos órfãos e menores desamparados, mas também eram

matriculados filhos de lavradores, levando-se em consideração os recursos dos pais. Com uma área total de vinte hectares de terras cultiváveis, com cavalariças, pocilgas, silos e outras instalações para os animais de serviço e de aprendizagem (PARANÁ, 1935, 1936).

Em 1939, o Estado já havia construído quatro ETR, sendo duas localizadas na capital “Dr. Carlos Cavalcanti” e “Cangiri”; uma em Ponta Grossa, “Augusto Ribas”; e outra no município de Castro, “Olegário Macedo”; além de uma EP, “Antonio Serafim Lopes”, na Ilha das Cobras, município de Paranaguá.

Com finalidade semelhante, a primeira EP teve sua construção iniciada em 1935 e concluída no ano de 1936. A instituição também foi denominada por Manuel Ribas como “Escola Correccional da Ilha de Cobras”, tinha como intento abrigar 100 alunos e oferecer aos “[...] praieiros e aos reclusos de bom comportamento, a oportunidade de aprenderem uma profissão rendosa e útil à sociedade” (PARANÁ, 1936, p. 15). A imagem a seguir traz detalhes da edificação em alvenaria e das crianças junto às redes de pesca:

Imagem 1 – Escola de Pescadores “Antonio Serafim Lopes” Ilha das Cobras, Paranaguá-PR



Fonte: Ensino Rural (PARANÁ, 1953).

Ao retratá-la como obra de prevenção, preservação e regeneração, em tom idílico, Ribas descreve a edificação em meio ao:

[...] panorama luminoso das águas da vasta baía de Paranaguá, frente à barra, ao contato com a natureza, dos ventos mais puros e das areias mais límpidas, muitas crianças, afastadas das cidades, onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhes ensinaram o abecedário do crime, recebem educação, instrução, ensinamentos morais e cívicos, lições de trabalho e de pesca, num largo robustecimento físico, para se converterem em cidadãos úteis à Pátria, à família e aos seus semelhantes (PARANÁ, 1937, p. 29).

A construção destas escolas seguia o mesmo padrão: edificadas em prédios amplos, em alvenaria, com um, dois ou três pavimentos e instalações para animais, canteiros experimentais, dentre outras edificações, para finalidades de pesca ou de agropecuária.

Em correspondência às necessidades de caráter social e assistencial, a expansão das ETR e das EP configurou parte das práticas de governo de Manoel Ribas, Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Netto. Como parte do plano de expansão destas instituições no estado, durante o governo Manoel Ribas, foi aprovado um novo Decreto¹¹, contendo as finalidades e a organização das mesmas:

- Art. 1º. As Escolas de Trabalhadores Rurais são internatos de ensino público destinado ao preparo geral de profissionais agricultores e criadores de ambos os sexos, de acordo com os imperativos sociais às necessidades técnico-práticas da lavoura e da pecuária.
- Art. 2º. Instaladas e mantidas pelo Governo Estadual, as escolas deste gênero devem funcionar, entretanto, no sentido de sua independência econômica, até produzirem o suficiente para manutenção e crescimento próprios.
- Art. 3º. Para facilitar o cumprimento do que dispõe o artigo anterior, as escolas serão instaladas em zona rural conveniente.
- 4º. As Escolas de Trabalhadores Rurais para o sexo feminino deverão ter funcionamento completamente independente das suas congêneres para o sexo masculino.
- Art. 5º. Nas escolas que trata o artigo anterior, além do preparo agrícola-pastoril, que a mulher do campo deve ter como natural colaboradora do homem, no amanho da terra, deverá ser ministrada a educação doméstica, a fim de torná-la ótima dona de casa rural (PARANÁ, 1939b, p. 1).

Os artigos 6º. e 7º. versam sobre a organização dos serviços de administração, assistência alimentar, higiênica, sanitária e educacional aos internos, além dos serviços dos campos de culturas, dos postos de serviços agrícolas, das oficinas e indústrias rurais, bem como do respectivo quadro de funcionários para estes serviços (PARANÁ, 1939b, p. 1).

Observa-se, pelas finalidades descritas, a configuração destas instituições destinadas ao preparo profissional para o trabalho na agricultura e pecuária, para ambos os sexos. Esta forma de encaminhamento mantinha as práticas de governo no Estado em correspondência com os ditames federais e as tematizações da época que preconizavam a importância de manter o homem do campo no campo, identificado com a vida rural.

Neste sentido, o Regulamento configura as ETR como internatos de ensino público, destinados à formação de profissionais da agricultura e da pecuária para ambos os sexos, porém em instalações independentes e com finalidades diferentes, de acordo

¹¹ Decreto nº 7782 de Diário Oficial de 06 de janeiro de 1939 (PARANÁ, 1939b).

com os imperativos sociais e as necessidades técnicas e práticas da lavoura e da pecuária. Mantidas pelo governo estadual, tais escolas deveriam ser instaladas nas zonas rurais e ofertar o Curso Primário Agrícola e o Curso Agrícola Profissional.

O Curso Primário Agrícola previa uma formação em quatro anos, de caráter teórico e prático, era dividido em duas partes: a primeira seguia o mesmo programa do ensino elementar dos grupos escolares do Estado e era regida por professores normalistas, em atendimento às instruções da Diretoria de Educação Pública. A segunda, que ocorria paralela e simultânea à primeira, era constituída de trabalhos práticos de agricultura e pecuária, conforme consta no quadro a seguir:

Quadro 1 – Programa do Curso Primário Agrícola: trabalhos práticos de agricultura e pecuária – Escolas de Trabalhadores Rurais

ANO	PROGRAMA
1º. ano	Trabalhos com instrumentos e máquinas agrícolas elementares de acordo com o físico do aluno. Serviço de lavras, destorroamento e semeaduras.
2º. ano	Serviço de irrigação de plantações e de aplicação de adubos orgânicos e químicos. Multiplicação de plantas ornamentais. Escrituração agrícola elementar.
3º. ano	Plantio e corte de gramados. Enxertos de plantas ornamentais e de árvores frutíferas. Colheita de flores, legumes e frutos. Embalagem. Conservação e acondicionamento. Poda de plantas ornamentais e de árvores frutíferas. Multiplicação de plantas ornamentais por meio de sementes, estacas, mergulho e enxertia.
4º. ano	Trabalhos práticos especializados sobre: os laticínios; a apicultura; a serigrafia; Noções de redação e de contabilidade agrícola; os trabalhos em ferro, couro e madeiras nas oficinas; a drenagem e a irrigação; a avicultura; o emprego dos inseticidas e fungicidas; a zootecnia; a veterinária; as sementes e os viveiros; as podas; os campos de criação; o conhecimento das raças animais, suas doenças mais comuns e o tratamento respectivo; os serviços de culturas em fazendas de criação.

Fonte: Paraná (1939b).

O Curso Primário Agrícola ofereceria, ao mesmo tempo, uma formação no ensino primário geral e os primeiros elementos para a formação nas áreas da agricultura e da pecuária. Após a realização do curso primário, nas ETR, os alunos eram transferidos para a ETR “Dr. Carlos Cavalcanti”, em Curitiba, para realizarem o Curso Agrícola Profissional, com o objetivo de obter a formação de Auxiliar Prático do Agrônomo. Em regime de internato, os alunos recebiam alimentação, vestuário e assistência médico-dentária, entre outros benefícios. O Curso Agrícola Profissional, com duração de três anos, compreendia as seguintes disciplinas distribuídas em oito cadeiras, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Programa do Curso Agrícola Profissional – Escolas de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”

CADEIRAS	DISCIPLINAS
1ª cadeira	Português
2ª cadeira	Aritmética, Álgebra e Geometria
3ª cadeira	Física Geral, Física Agrícola e Meteorologia, Física Química do Solo, Mineralogia Agrícola, Geologia Agrícola
4ª cadeira	Química Geral, Química Inorgânica, Química Orgânica e Tecnologia, Química Agrícola
5ª Cadeira	Botânica Agrícola, Agricultura Geral e Especial, Horticultura, Pomicultura, Jardinocultura, Silvicultura, Viticultura
6ª cadeira	Zootecnia Geral e Especial, Zootecnia Agrícola, Apicultura, Alimentação dos Animais, Julgamento dos Animais e Veterinária, Indústria de Laticínios.
7ª Cadeira	Desenho Geométrico, Desenhos Ornamentais, Construções Rurais, Mecânica Agrícola, Máquinas Agrícolas
8ª Cadeira	Contabilidade Agrícola, Administração Rural, Economia Rural

Fonte: Paraná (1939b).

De acordo com as prescrições regulamentares, os alunos internos dos cursos das ETRs, menores abandonados e órfãos eram admitidos gratuitamente e os demais, filhos de lavradores, eram admitidos mediante pagamento de matrícula e mensalidade, além do preenchimento das seguintes condições: requerimento encaminhado ao diretor da instituição, anexado de certidão de nascimento; idade entre 10 e 14 anos; passar por inspeção de saúde, junto ao Departamento de Saúde Pública do Estado; não apresentar defeito físico incompatível com a atividade escolar; ter boa conduta; ser encaminhado por autoridade competente e que “sejam normais” (PARANÁ, 1939b, p. 3). Para a admissão e matrícula no Curso Agrícola Profissional, os requisitos eram: ter entre 14 e 18 anos, apresentar prova de que realizou o curso primário em escola do estado, ter cursado o último ano do Curso Primário Agrícola e ter realizado a parte prática, além de satisfazer as mesmas exigências em relação à matrícula do Curso Primário Agrícola (PARANÁ, 1939b).

A partir desta época, as escolas de ensino agrícola e de pesca tiveram um franco processo de expansão no Paraná. Os relatórios encaminhados por Manoel Ribas, enquanto interventor federal no estado, ao presidente Getúlio Vargas descrevem os números crescentes do ensino rural, bem como o apoio e auxílio financeiro do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, na construção de vários prédios para os grupos escolares rurais nas principais zonas colonizadas do estado, assim como a instalação de novos edifícios para as ETR e EP, totalizando onze instituições, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Escolas de Trabalhadores Rurais e Escolas de Pesca criadas durante os mandatos de Manoel Ribas enquanto governador e interventor no Estado do Paraná¹²

ESCOLA	LOCALIDADE/ MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	CAPACIDADE
Escola de Trabalhadores Rurais do <i>Canguiri</i>	Canguiri, Piraquara	1935	85 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Augusto Ribas</i>	Ponta Grossa	1938	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Olegário Macedo</i>	Castro	1937	110 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais do <i>Campo Comprido</i>	Campo Comprido, Curitiba	1941	70 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Getúlio Vargas</i>	Palmeira	1941	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Lysímaco Ferreira da Costa</i>	Rio Negro	1941	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Agrônomo Hintz</i>	Faxinal de Catanduvas, Reserva	1943	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Franklin Delano Roosevelt</i>	Santo Antonio da Platina	1943	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Gil Stein Ferreira</i>	Ivaí, Ipiranga	1944	65 alunos
Escola de Pescadores <i>Antonio Serafim Lopes</i>	Paranaguá	1936	80 alunos
Escola de Pescadores de <i>Marcílio Dias</i>	Guaratuba	1941	65 alunos

Fonte: Quadro elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios (PARANÁ, 1941, 1942, 1945, 1946).

Com o fim do Estado Novo e o retorno ao regime democrático, foi atribuída à questão da educação rural, dentre outras iniciativas e tematizações, nova ênfase no cenário educacional com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946), a qual fixa como diretriz que “[...] as técnicas e os ofícios deverão ser ensinados com os processos de sua exata execução prática e também com os conhecimentos teóricos que lhes sejam relativos. Ensino prático e ensino teórico apoiar-se-ão sempre um no outro”.

No Paraná, as ETR e as EP, subordinadas ao Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional, vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria e Comércio desde 1945, evidenciam as alterações quanto as suas finalidades e funcionamento, decorrentes da adequação à Lei Orgânica do Ensino Agrícola, como pode ser observado em Relatório do Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional, referente ao exercício do ano de 1946, ao descrever as mudanças que passaram a vigorar nas escolas rurais.

¹² Os dados contidos nos Relatórios (PARANÁ, 1945; 1946) citados possibilitam inferir o fechamento da Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” no ano de 1945, uma das instituições localizada na capital do Estado, destinada à oferta do Curso Agrícola Profissional de acordo com o Decreto e Regulamento de 1938.

A Escola Rural “Manoel Ribas”, que funciona no Canguiri, será orientada pelo regulamento do Curso de Maestria Agrícola, conforme a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, enquanto as demais Escolas ministrarão ensinamentos baseados no Curso de Iniciação Agrícola, regido pela mesma Lei Orgânica, recebendo elas somente filhos de lavradores com apego à terra e interesse pela vida rural, os quais saídos das Escolas retornarão às suas propriedades trabalhando com mais eficiência e disseminando seus conhecimentos entre os seus amigos e vizinhos na zona em que viverem (PARANÁ, 1946, p. 77).

O Relatório, ao mesmo tempo em que evidencia o propósito das escolas para formação do homem do campo, com interesse pela vida rural, lamenta a orientação que tem sido dada às ETR e EP desde a sua criação “[...] tantas e tão mal aparelhadas: todas em áreas de terra insuficiente para a sua atividade”, chega a afirmar que “[...] não há uma convenientemente dotada, onde o menino possa ingressar e, findo certo tempo, sair pronto, capacitado para desempenhar qualquer atividade da vida rural” (PARANÁ, 1946).

Tal ponderação deve-se ao fato de que algumas das instituições haviam sido destinadas para assistência social. Nelas estavam matriculados, “[...] indistintamente, menores desamparados e pervertidos ou delinqüentes, em geral oriundos das cidades, sem a menor ligação com a terra e até com ojeriza à lavoura, os quais passam o tempo pensando em sair para ingressar na Força Pública ou no Exército”. A constatação do caráter assistencial de algumas escolas levou o diretor do Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional a considerar a necessidade de separar as de finalidade assistencial daquelas cujo fim era formar filhos de lavradores e pescadores para os trabalhos no campo e no mar respectivamente.

É nosso pensamento orientar as Escolas de Castro, Ponta Grossa, Campo Comprido e Ilha das Cobras para a assistência social, com função de Patronatos. Sendo que nas duas primeiras serão recolhidos os menores desamparados para fazerem o curso primário e atingirem idade em que possam escolher ofício. Na Escola de Campo Comprido, instalar oficinas [...] que possam ministrar aos alunos ensinamentos profissionais especializados compatíveis com o pendor vocacional do educando, a fim de que ele, mais tarde, sem sair da cidade, possa ser homem útil à coletividade e à Pátria. Na Escola “Antonio Serafim Lopes”, da Ilha das Cobras, intensificar os trabalhos de cantaria, para venda de pedra, com que a Escola poderá conseguir sua auto-suficiência, fazendo dos menores pervertidos, que se regenerem, profissionais úteis à Nação (PARANÁ, 1946, p. 76).

Para o Diretor, era inadmissível que as escolas rurais vivessem à custa das verbas estaduais e não provessem sua autossuficiência. Sua meta era torná-las eficientes, por meio de uma orientação prática “[...] compatível com a zona ecológica em que estão situadas”. Para isso, propõe, além da educação ofertada nestas instituições, a promoção de semanas ruralistas, com a finalidade de preparar o homem do meio rural para “cooperar para o enriquecimento do Estado e grandeza da Nação” (PARANÁ, 1946, p. 78).

É importante salientar, em relação aos cursos, que a ETR do Canguiri, denominada a partir de então Escola de Agricultura Prática “MANOEL RIBAS”, passou a ser responsável por ofertar o Curso de Ensino Agrícola Básico (CEAB), com duração

de três anos, ministrado por professores contratados pelo Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, tanto para o ensino intelectual como para os demais cursos. O CEAB objetivava preparar em três anos o trabalhador rural por meio do ensino intelectual, ensino técnico profissional, ensino das indústrias rurais e oficinas para trabalhos em ferro, madeira e couro, orientado “pelas últimas aquisições da moderna pedagogia” (PARANÁ, 1945, p. 51). As demais escolas manteriam o ensino rural (ER) ministrado em cinco anos, constituído em duas partes: a primeira relacionada ao ensino intelectual, idêntica ao ensino elementar dos grupos escolares do estado, ministrado por professores normalistas e habilitados, nomeados pela Diretoria Geral da Educação do Estado; e a segunda ocorreria paralela e simultânea à primeira, abrangendo os elementos básicos da agricultura e pecuária para as escolas de trabalhadores rurais e mais o ensino de pesca para as de pescadores (PARANÁ, 1945).

Ao que indicam os dados do Relatório sobre a Concretização do Plano de Obras do Governo de Moysés Lupion referente ao período de 1947 a 1950, a expansão das instituições de ensino agrícola no estado intensificaram-se, o quadro das edificações das ETR registram os seguintes dados durante os três anos do plano: uma ETR construída em Guarapuava, oito ETR em construção nas cidades de Apucarana, Cambará, Clevelândia, Arapoti, Santa Mariana, Tibagi, Tomazina e Foz do Iguaçu, e 22 ETR planejadas nas cidades de Antonina, Arapongas, Bandeirantes, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Ibiporã, Irati, Joaquim Távora, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Palmas, Piraí do Sul, Prudentópolis, Ribeirão Claro, Rolândia, Rio Azul, Ribeirão do Pinhal, São Mateus do Sul, Sengés, Sertanópolis, abrangendo as regiões oeste, sudoeste e norte do Estado (PARANÁ, 1950), em franco processo de colonização e (re) colonização no período delimitado por este artigo.

A imagem a seguir retrata a cerimônia de inauguração da ETR de Apucarana, município situado na região do norte novo paranaense, evidência de conclusão da obra relatada no plano de Lupion, o qual aparece na imagem realizando o plantio de uma magnólia.

Imagem 2 - Inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais de Apucarana-PR



Fonte: Acervo Fotográfico Moysés Lupion – Arquivo Público do Estado do Paraná (s.d).

A expansão das escolas rurais para as novas regiões colonizadas e (re) colonizadas do estado tem relação direta com os problemas enfrentados pela administração pública em relação à ampliação da rede de transportes para o escoamento da produção cafeeira e a formação do homem do campo, sobretudo na região norte, onde a grande produção se concentrava. Esta questão é abordada em mensagem dirigida pelo governador Moysés Lupion à Assembleia Legislativa do estado, ao afirmar que, ao assumir a direção do executivo estadual, encontrou o estado apertado pelas penosas consequências imediatas da guerra e as imensas dificuldades econômicas da população, tendo a sensação de que o poder organizado do estado lhe parecia impotente para conter a “desesperada avalanche”. No entanto, ressaltou que, em contrapartida, “[...] os olhos do Paraná todo se voltavam para o norte do estado, que nos apresentava o quadro de uma produção de prodigiosa abundância, como uma extraordinária realidade e a mais promissora anunciação para o futuro [...]” (PARANÁ, 1948, p. 3). Mas, ao mesmo tempo, o estado combatia a falta de transportes para escoamento da produção, apesar dos mercados certos e sequiosos, quadro inquietante, na visão do governador, tanto quanto a formação do homem para o trabalho nas áreas rurais. Em relação à formação profissional, considerava pouco o que estava estruturado, sobretudo quanto ao ensino agrícola.

As nossas instituições estaduais, neste sentido, carecem, por completo, de ser ordenadas em um sistema. São simples unidades isoladas, sem articulação entre si e, muitas vezes, sem correspondência com as necessidades do ambiente e a feição psicológica de cada uma das idades dos escolares que as frequentam, além de terem algumas delas uma estrutura bem apartada dos atuais conhecimentos sobre formação profissional da juventude. [...] Tendo a Constituição estabelecido que o Estado promoverá o estabelecimento de cursos vocacionais junto às escolas e a criação de cursos de orientação e formação profissionais, nas zonas urbanas e rurais, de acordo com as peculiaridades de cada região, – precisamos chegar, agora, a um plano administrativo neste setor. O que temos realizado até agora, neste sentido, as unidades que possuímos, são as nossas Escolas de Trabalhadores Rurais, as nossas Escolas de Pesca, a Escola Profissional Feminina, as Escolas Normais e o Instituto de Educação da Capital, e as Escolas Superiores de Agronomia, Veterinária e Química. Nada temos em relação ao ensino propriamente vocacional, como não temos nada que seja da ordem da orientação vocacional (PARANÁ, 1948, p. 86).

Em outubro de 1953, na gestão de Bento Munhoz da Rocha Netto, o Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, vinculado à Secretaria de Agricultura, aprovou nova regulamentação para as ETR (Decreto n. 10.858) e EP (Decreto n. 10.860), que imprimiram novas diretrizes ao ensino agrícola e ao ensino de pesca (PARANÁ, 1953). Nesta ocasião, o estado mantinha 15 instituições do gênero, conforme quadro:

Quadro 4 – Escolas de Trabalhadores Rurais e Escolas de Pescadores (1953)

ESCOLAS	MUNICÍPIO
Escola de Agricultura Prática <i>Manoel Ribas</i>	Canguiri, Piraquara
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Ernesto Luiz de Oliveira</i>	Foz do Iguaçu
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Augusto Ribas</i>	Ponta Grossa

Escola de Trabalhadores Rurais <i>Franklin Delano Roosevelt</i>	Santo Antônio da Platina
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Gil Stein Ferreira</i>	Ivaí
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Agrônomo Hintz</i>	Cândido de Abreu
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Lysímaco Ferreira da Costa</i>	Rio Negro
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Getúlio Vargas</i>	Palmeira
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Olegário Macedo</i>	Castro
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Assis Brasil</i>	Clevelândia
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Manoel Ribas</i>	Guarapuava
Escola de Trabalhadores Rurais <i>Fernando Costa</i>	Santa Mariana
Escola de Trabalhadores Rurais <i>de Tibagi</i>	Tibagi
Escola de Pescadores <i>Antônio Serafim Lopes</i>	Ilha das Cobras - Paranaguá
Escola de Pescadores <i>Marcílio Dias</i>	Guaratuba

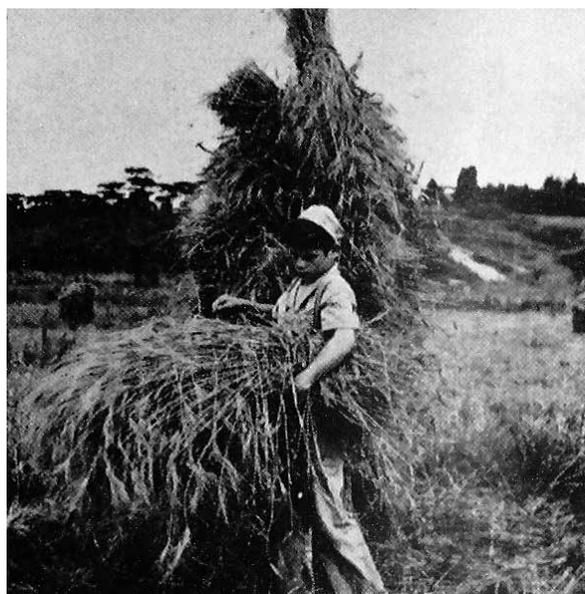
Fonte: Paraná (1953).

As ETR, regidas em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, passaram a ter como finalidade precípua cooperar com a educação das populações rurais por meio de cursos sobre agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas, de caráter prático e orientação ruralista, destinados aos filhos de lavradores, com o objetivo de oferecer conhecimentos úteis para a formação do homem do campo. “O ensino será completado com excursões de estudo a outras dependências do Estado, fábricas, propriedades agrícolas, museus, exposições, feiras, mercados, etc.” (PARANÁ, 1953, p. 21).

Em uma primeira aproximação, parece-nos que a diferença entre os Regulamentos de 1938 e 1953 está no caráter da formação. Enquanto o primeiro guarda estreita relação com o aspecto assistencialista, o segundo estabelece claramente as finalidades e o público alvo: o filho do lavrador e os que tiverem vocação para a vida no campo, com uma formação prática e experimental que extrapole os muros da Escola.

A imagem a seguir retrata aluno da ETR Lysímaco Ferreira da Costa, situada no município de Rio Negro, em atividade prática no campo.

Imagem 3 – Escola de Trabalhadores Rurais Lysímaco Ferreira da Costa, Rio Negro-PR



Fonte: Ensino Rural (PARANÁ, 1953).

Em relação aos cursos, as ETR passaram a ofertar: Curso de Ensino Rural Primário (CERP); Curso de Ensino Complementar (CERC), em caráter de iniciação; Curso de Ensino Rural Especializado (CERE), em nível de maestria e o Curso de Ensino Rural Rápido (CERR). O primeiro curso, com duração de quatro anos, oferecia o ensino intelectual primário e o ensino elementar de agricultura e pecuária, certificando como Trabalhador Rural. O segundo, com duração de três anos, dava prioridade ao ensino intelectual e ao ensino técnico profissional de agricultura e pecuária, tendo os concluintes o certificado de Lavradores. O terceiro, com duração variável, destinado aos concluintes do CERC, contemplava matérias especializadas no âmbito da agricultura e da pecuária. O último curso, “[...] é destinado a fornecer ao homem do campo, jovem ou adulto, não habilitado ou diplomado, os meios para a ampliação dos seus conhecimentos” (PARANÁ, 1953, p. 24).

Com regulamento específico, as EP tinham como finalidade precípua a formação do profissional da pesca, circunscrita à população litorânea, por meio da realização de cursos voltados aos interesses regionais. De orientação prática, as EP passaram a destinar-se aos filhos dos pescadores e aos demais interessados na vida marítima, viabilizando excursões de estudos em museus e mercados e atividades práticas em fábricas de industrialização e conservação do pescado. Dentre os cursos definidos para as EP constam: Curso Primário para Pescadores (CPP) e o Curso Complementar para Pescadores (CCP). O primeiro, abrangendo a formação intelectual no ensino primário e no ensino elementar de pesca, com duração de quatro anos, e o segundo, com duração de dois anos, abrangia o ensino intelectual e técnico profissional de pesca (PARANÁ, 1953). O novo regulamento, assim como o das ETR, rompeu com o caráter assistencial e correccional, assumindo o caráter prático e intelectual na formação do homem para as atividades ligadas à pesca.

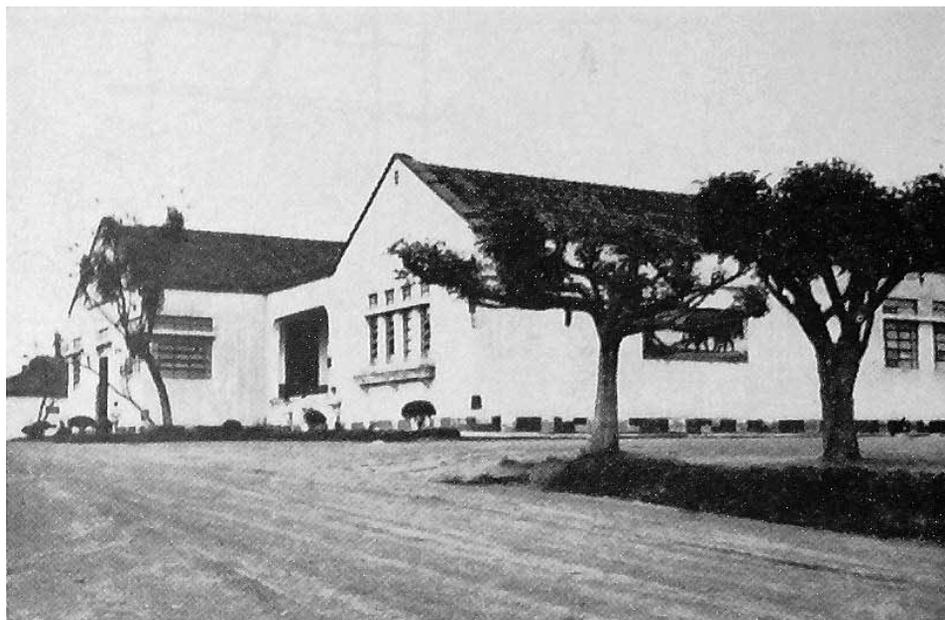
Um ano após a aprovação dos novos regulamentos, Erasmo Pilotto, como Secretário de Educação e Cultura no Paraná, escreveu uma síntese sobre o ensino público elementar e médio *A Educação no Paraná*, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) como parte de uma série de monografias sobre os sistemas estaduais de educação – Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Nesta obra, o educador analisa a situação das ETR e das EP no estado a partir de uma retrospectiva histórica, desde a sua criação por Manoel Ribas. Em suas análises, tais escolas não produziram o resultado esperado e estavam equivocadas sob o ponto de vista da crítica pedagógica.

Foram apenas, [...] na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com freqüência de menores com desvios de conduta moral, compulsoriamente orientados, muito cedo, para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem a assistência e a técnica pedagógica que o seu caso particular requeria. [...] Elas estão erradas, se as considerarmos como obra de assistência social aos menores abandonados; estão erradas se as considerarmos como escolas de recuperação moral; estão erradas se as considerarmos apenas como escolas de educação comum; e estão erradas se as considerarmos como instrumentos de educação ligados aos interesses da produção de cada região e do Estado (PILOTTO, 1954, p. 104).

Nas considerações de Pilotto, para superar os equívocos cometidos na constituição inicial de tais instituições, elas deveriam ser aproveitadas dentro de um plano mais racional de educação, tendo em vista as excelentes instalações das escolas-internatos, a localização privilegiada e a capacidade de receber cerca de dois mil alunos internos anualmente. Isso o faz ponderar: “[...] se não são boas escolas, como unidades de um organismo, são instalações com que se pode contar num plano de organização racional da educação no Estado” (PILOTTO, 1954, p. 105). Para tanto, a primeira medida seria desligá-las da Secretaria de Agricultura.

A imagem a seguir retrata uma das ETR construídas na década de 1940 no município de Palmeira. A instituição ocupava uma área de 48 alqueires, com doze construções em alvenaria e onze em madeira, com capacidade para 100 alunos internos, dispunha de salas de aula, biblioteca, ambulatório, gabinete dentário, enfermaria, dormitórios e demais instalações para o ensino prático de agricultura e pecuária (PARANÁ, 1953; PILOTTO, 1954).

Imagem 4 – Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas, Palmeira/PR



Fonte: Ensino Rural (PARANÁ, 1953).

Ao sugerir o desligamento das ETR e EP da Secretaria de Agricultura, órgão a que estavam subordinadas desde a criação na década de 1930, Pilotto expressava sua defesa por uma escola primária única e comum, que forme não o pescador ou o agricultor, mas que oferecesse uma educação geral, questão já apresentada na obra *Prática de Escola Serena*¹³:

Muitas pessoas têm tido a ideia de dar àquelas crianças uma educação para fazer delas melhores pescadores, ou melhores agricultores, etc. Isso está errado. A escola primária comum não pode pensar em fazer do aluno nem pescador, nem agricultor, nem marceneiro, nem qualquer outra coisa assim. A obrigação dela é dar aos seus

¹³ A obra não possui data de publicação, ao que tudo indica foi publicada na década de 1940.

alunos um certo tanto de educação geral. Ensinar o indivíduo a ler, a gostar de ler, a ler bastante, [...]. Isso é, pois, educação geral. Do mesmo modo, qualquer que seja o que ele venha a ser mais tarde, deve conhecer certos cuidados de higiene, deve ter boa saúde, deve saber algumas coisas, e saber usá-las na sua vida de todos os dias, deve querer ser útil aos que vivem junto dele, deve conhecer alguma coisa sobre o mundo que o cerca, deve saber de sua pátria, e deve saber uma porção de coisas mais desse tipo, que o indivíduo pode aprender enquanto criança. É essa educação geral, essa educação que todos os indivíduos devem ter, [...] que a escola primária deve procurar dar a todos. Isso e nada mais (PILOTTO, s.d., p. 105).

O processo de institucionalização e de expansão das ETR e das EP nos governos de Manoel Ribas, Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto¹⁴ oferece fortes indícios de que a questão da educação rural no estado acompanhou o debate nacional a partir da defesa de uma escola diferenciada, voltada à formação para a vida no meio rural. A experiência paranaense encontrava sustentação nas falas de nomes que foram expressões nacionais nesse debate, como Sud Menucci e Carneiro Leão. Este último, em artigo publicado no Boletim Informativo sobre o Cooperativismo¹⁵, defendeu a ideia de uma educação capaz de manter o homem no campo, preparado para resolver seus problemas regionais.

Muito mais do que “alfabetização”, generalização de escola primária comum, impõe-se no interior do Brasil uma educação capaz de prender o homem a seu ambiente físico e social, de torná-lo um fator de consciente bem-estar de sua comunidade. Muito mais do que escolas para ensinar a ler, escrever e contar pelos mesmos livros, pelos mesmos mestres das cidades, a zona rural necessita de preparar seus filhos para resolverem os problemas regionais, para integralizarem-se em seu mundo, fazendo-a progredir (LEÃO, apud PARANÁ, 194-, p. 6).

É possível observar que essa posição não era consensual. Erasmo Pilloto, ao investir na formação de professores para o meio rural por meio dos Cursos Normais Regionais no Paraná, propunha uma formação que, embora abrangesse o aprendizado “[...] das técnicas de cultivo do solo e de conservação dos alimentos, priorizava também a formação geral, ou seja, a transmissão da cultura geral ao trabalhador rural” (MIGUEL, 2010, p. 85).

A preocupação de Pilotto com a educação geral na formação de professores para as escolas primárias rurais demonstra sua posição no debate em torno da questão escola única versus escola diferenciada para o meio rural, à qual nos reportamos no início do artigo. De acordo com Miguel (2010), o educador:

¹⁴ Na gestão de Bento Munhoz da Rocha Netto, o processo de expansão das escolas rurais continuou em curso, como pode ser observado nos relatórios e mensagens do ano de 1951 (PARANÁ, 1951a, 1951b).

¹⁵ Boletim Informativo sobre o Cooperativismo encontrado no acervo documental do primeiro Grupo Escolar de Londrina/PR, na década de 1940. Ver dissertação de Faria (2010).

[...] envolvido com a questão de que tipo de educação dar às crianças filhas de migrantes que ocupavam o território paranaense, comungava do grupo defensor¹⁶ de uma educação geral, humanista. Dizia ele (s.d.) que estava errado pensar em fazer da criança um pescador, somente porque ela havia nascido junto ao mar e talvez fosse viver ali. A tarefa do professor era dar aos seus alunos uma educação geral [...] (MIGUEL, 2010, p. 86).

O teor desta preocupação pode ser observado no apontamento sobre a escola rural: “A obra do professor primário é, pois, dar aos seus alunos uma educação geral. Ele não deve pensar em transformar a sua escola em centro de formação especializada” (PILOTTO, s.d., p. 106). Foi com este teor que o Secretário da Educação e Cultura lançou seu olhar para as ETR e EP criadas durante a gestão de Manoel Ribas e expandidas nos governos de Lupion e Rocha Netto.

Considerações finais

O estudo acerca da escola primária rural, aqui focalizado a partir do processo de institucionalização e expansão das ETR e das EP, que, além do ensino de caráter técnico e profissional, ofertavam o ensino primário de acordo com as orientações da Diretoria Geral de Educação, oferece fortes indícios de que a questão do ensino rural nestas instituições acompanhou a corrente de pensamento que advogava, em âmbito nacional, a necessidade de uma educação rural que preparasse o homem do campo para viver os desafios da vida rural e o homem do mar para resolver os problemas da vida marítima. Assim como possibilita perceber que o debate entre os defensores de uma educação geral, de uma escola única para o campo e para a cidade versus escola diferenciada para a zona rural também ocupou a cena no território paranaense na voz de Erasmo Pilotto ao questionar as finalidades de tais instituições e a necessidade de aproximá-las do quadro da educação geral do estado.

Consideramos que a relevância deste estudo para a área de História da Educação deve-se, primeiramente, à importância da discussão da escola primária rural em um período histórico em que o grande contingente da infância brasileira vivia no espaço rural, contexto este de luta e defesa da universalização do ensino público primário, bem como pela quantidade ainda escassa de produção na área.

Tendo em vista as iniciativas, particularidades e intencionalidades que marcaram o movimento de expansão e institucionalização das ETR e das EP no Paraná, consideramos que o presente estudo possa suscitar questões relevantes para pensar a temática da educação rural, do ensino rural e da escola rural em termos de uma história comparada da educação e possibilitar a interlocução e o debate com a historiografia educacional sobre a história da escola primária situada no meio rural.

¹⁶ O grupo defensor ao qual Miguel refere-se foi identificado pelo estudo de Lourenço Filho *Preparação de pessoal docente para as escolas primárias rurais*, publicado em 1953, no qual o autor menciona duas correntes de educadores que debatiam com base em diferentes perspectivas a formação dos mestres rurais: “A primeira afirmava a eficiência da preparação técnico-agrícola dos mestres rurais, aliada à preparação em higiene e profilaxia” e a segunda, “exposta por alguns professores universitários e pensadores sociais, considerava que ‘não se poderia admitir a fórmula simplista de que a educação elementar pudesse fixar o homem no campo’”, para eles, a escola primária não deveria ter o caráter profissionalizante, mas “carecia de medidas de maior envergadura” (MIGUEL, 2010, p. 86).

Referências

ARQUIVO PÚBLICO. História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

_____. História administrativa do Paraná (1948-1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

BALHANA, Altiva; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. 2. ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

CURY, Jamil. Educação e sociedade, Especial, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

FARIA, Thais Bento. Em traços de modernidade: a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina-Pr, 1937-1972). 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. História, região & globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HOFF, Sandino. A ocupação do norte. In: PAZ, Francisco (Org.). Cenários de economia e política – Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 25-39.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Fundação Édison Vieira. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba, PR, 1989.

MAGALHÃES, Justino. Tecendo nexos. História das instituições educativas. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINIÁK, Vera Lucia. Processo histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais, PR. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. A formação do professor para as escolas rurais e as políticas de educação do homem do campo. In: Werle, Flávia Obino Correa (Org.). Educação rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores. São Leopoldo, RS: Oikos; Brasília, DF: Liber Livro, 2010. p. 74-90.

_____. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERLE, Flávia Obino Correa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional. Instituições, práticas e formação de professores. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007. p. 79-98.

_____. A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007. v. 1. p. 19-52.

OLIVEIRA, Denilson. A urbanização e industrialização no Paraná. Curitiba: SEED, 2001. 121 p. (Coleção História do Paraná – textos introdutórios).

PRYJMA, Mariêda Ferreira. A organização escolar: a análise da escola primária paranaense no período de 1930 a 1945. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 3-27.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Escolas primárias no meio rural paranaense entre as décadas de 1930 e 1960: projetos e organização do ensino. In: Mogarro, M.J. & Cunha, M.T.S. (orgs.). *Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, p. 1-17.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola normal rural no Rio Grande do Sul. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007. v. 1. p. 155-196.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; METZLER, Ana Maria Carvalho. Contextos, institucionalização e práticas pedagógicas em escolas normais rurais. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores. São Leopoldo, RS: Oikos; Brasília, DF: Liber Livro, 2010. p. 15-52.

WACHOWICZ, Rui Christovam. História do Paraná. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2010.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO. Foto 1 – *Moysés Lupion plantando uma magnólia em comemoração a inauguração da escola rural de Apucarana-PR*, [S/D]. Referência: BR APPR PI 026 ICO Fot 2/114. Local: .../DEAP/PI 026 - Moyses Lupion/ICONOGRAFIA/FOTOGRAFIA/2 - CIDADES/ICO.114.jpg.

BRASIL. *Lei n. 378*, de 13 de janeiro de 1937. *Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL. *Decreto-lei n. 8.530*, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

FERREIRA FILHO, João Candido. Ensino agrícola nas escolas primárias rurais. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Teses da Primeira Conferência Nacional de Educação*. Brasília, DF: INEP, 1997. p. 338-342.

LEÃO, Carneiro. *Pela educação rural*: conferência proferida, no dia 22 de julho de 1918, em Curitiba, sob a presidência do Dr. Affonso Camargo, ilustre presidente do Estado do Paraná. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1918. (Folhetos).

MENNUCCI, S. *A crise brasileira de educação*. Versão para eBook. eBooksBrasil. Fonte digital. Digitalização da 2. ed. em papel de 1934. São Paulo: Piratininga, 1934.

MORAES, Deodato. Rumo ao campo... In: COSTA, Maria José Franco Ferreira; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Teses da Primeira Conferência Nacional de Educação*. Brasília, DF: INEP, 1997. p. 194-195.

PARANÁ. *Relatório* apresentado pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, referente ao exercício de 1924 a 1928. Curitiba, 1928.

_____. *Mensagem* apresentada a Assembléia Ordinária do Estado em 1935, pelo Senhor Manoel Ribas, Governador do Paraná. Curitiba: Publicação Oficial, 1935.

_____. *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão Ordinária da 1ª. Legislatura da Segunda República, em 1936, pelo Senhor Manoel Ribas, Governador do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936.

_____. *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª. Sessão Ordinária da 1ª. Legislatura, em 1937, pelo Senhor Manoel Ribas, Governador do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.

_____. Interventor (1932-1939: Manoel Ribas). *Relatório* apresentado a S. Excia. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba, 1939a.

_____. Decreto N. 7.782, de 6 de janeiro de 1939. Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*. Atos da Interventoria Federal no Estado. Curitiba, 1939b.

_____. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Departamento de Assistência ao Cooperativismo. *Instruções práticas sobre cooperativismo escolar*. Curitiba, n. 2, fev. 194-.

_____. Interventor (1940-1941: Manoel Ribas). *Relatório* apresentado a S. Excia. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1940-1941. Curitiba, 1941.

_____. Interventor (1937-1942: Manoel Ribas). *Relatório* apresentado a S. Excia. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1937 a 1942. Curitiba, 1942.

_____. *Relatório do Exercício de 1945*. Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Curitiba, 1945.

_____. *Relatório do Exercício de 1946*. Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Curitiba, 1946.

_____. *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948, pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1948.

_____. Governador (1947-1950: Moysés Lupion). *Relatório – A concretização do Plano de Obras* apresentado à Assembleia Legislativa do Estado pelo Snr. Moyses Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1950.

_____. *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 2ª. Legislatura, pelo Senhor Bento Munhoz, Governador do Paraná. Curitiba, 1951a.

_____. *Relatório* apresentado ao governador Bento Munhoz da Rocha Netto, pelo Diretor do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná (DAO), Estevam Ribeiro de Souza Netto, em 1951. Curitiba, 1951b.

_____. *Ensino rural*. Secretaria da Agricultura. Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional. Curitiba, 1953.

PILOTTO, Erasmo. *Prática de escola serena*. Curitiba: João Haupt, s.d.

_____. *A educação no Paraná* (síntese sobre o ensino elementar e médio). Rio de Janeiro: Marques Saraiva; MEC/INEP, 1954. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, publicação N°. 3).

Recebido em setembro de 2012
Aprovado em novembro de 2012